

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
**NOTA DA DIRETORIA DO ANDES-SN DE SAUDAÇÃO ÀS MARCHAS DAS
MULHERES INDÍGENAS E DAS MARGARIDAS**

A construção social das relações de gênero tem se dado de forma a determinar a existência e reprodução dos papéis masculino e feminino, reforçando uma naturalização desses estereótipos que afeta diretamente e indiretamente as mulheres. Essa naturalização está no bojo da ratificação da “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, dos ricos e dos heterossexuais.

Ainda que a mulher tenha conquistado avanços no campo dos direitos (mesmo que insuficientes para promover a equidade de gênero na sociedade), as violências a que são submetidas têm impacto em todas as dimensões de sua vida, com consequências psicológicas, afetivas, sociais e profissionais. Quando se trata da condição da mulher camponesa, tal situação é ainda mais precarizada. É sabido que a consubstancialização das opressões de gênero, de classe, de raça e de orientação sexual, além de aspectos regionais, enovelam cultural, social e economicamente uma acentuada situação de expropriação.

Esse processo de expropriação é intensificado ainda mais em um país com os maiores latifúndios, que nunca passou por uma reforma agrária, que transforma cada vez mais a biodiversidade brasileira em pasto, áreas de ação de madeireiros e mineradoras ou da agricultura de mercado. São as mulheres camponesas, indígenas e quilombolas as que mais sofrem.

Vivemos em tempos de governo de extrema-direita, com aprofundamento dos ataques, que se mostra mais perverso ainda para aquelas que vivem da terra. A transformação da secretaria de políticas públicas para as mulheres no Ministério da Família, Cidadania e Direitos Humanos, bem como a destruição da secretaria de atendimento ao povo indígena, evidencia a criminalização ostensiva dos movimentos camponeses, indígena e quilombola, assim como uma política de liberalização maior dos agrotóxicos materializa tais retrocessos. É evidente que o incentivo à mineração nas terras indígenas e o desprezo pelos dados que mostram o aumento do desmatamento objetivam tornar o campo brasileiro mais ainda subordinado ao capital.

Neste sentido, as marchas se constituem enquanto táticas de mobilização que problematizam e dão visibilidade à situação de expropriação inscrita pela divisão social e sexual do trabalho. E diante o governo Bolsonaro, que elegeu as trabalhadoras, camponesas, indígenas e quilombolas como inimigas, esse desafio é maior. Assim, inspirada(o)s pela coragem da alagoana Margarida Alves, assassinada em 1983, morta pelas mãos do latifúndio, saudamos a Marcha das Margaridas. Da mesma forma, inspirada na longa tradição de luta indígena, saudamos a Marcha das Mulheres Indígenas.

Compreendemos assim que essas marchas se situam em um importante contexto da mais ampla unidade para derrotar a reforma da Previdência, os ataques à educação e a criminalização da luta no campo.

Brasília (DF), 14 de agosto de 2019.

DIRETORIA DO ANDES-SINDICATO NACIONAL